

# O Estado subordinado à lógica rentista

*Victor Meyer<sup>1</sup>*

A subordinação do Estado à lógica do capital especulativo é uma realidade de alcance mundial e envolve o núcleo central do sistema capitalista. O fenômeno adquire essa dimensão global a partir dos Estados Unidos, desde o começo da era Reagan, nos primeiros anos 80, quando as disposições de política econômica promoveram a desregulamentação dos fluxos financeiros e a alta da taxa de juros. É certo que uma variada gama de Estados nacionais coloca-se fora dessa caracterização. Alguns, como a França, porque absorveram deslocamentos internos de forças sociais, alterando o equilíbrio na balança do poder com a ascensão de um novo acordo entre classes dominantes e dominadas. Outros, como certos Estados africanos ou do Leste europeu, que Giovanni Arrighi chamou de quase-Estados, por viverem processos de regressão econômica ou por se encontrarem sob conflagrações desagregadoras prolongadas.

Consideradas as exceções, confirma-se a regra geral da hegemonia rentista, representativa da sociedade capitalista contemporânea. Ainda durante a década de 80, uma pressão muito forte, oriunda do centro capitalista, passou a atingir o sistema mundial no sentido da homogeneização das políticas de Estado na defesa das atividades especulativas.

Mas a ofensiva do capital financeiro especulativo sobre a periferia "emergente" tomar-se-ia sistemática somente a partir da implementação de uma estratégia dirigida para esse objetivo e denominada correntemente de "Consenso de Washington". Trata-se de um quase-dogma assentado sobre as prioridades para a estabilização monetária, para a abertura comercial, para as privatizações e para a liberalização cambial.

Não se deve entender, a partir dessas considerações, que as determinações do Consenso de Washington tenham sido assimiladas automática e passivamente por esses países. Tomando-se o Brasil como referência, cabe lembrar o tortuoso caminho trilhado até que fosse afinal possível a plena concretização da linha estratégica do "Consenso" sob o Plano Real, desde o final do Governo Itamar Franco. Até então, o País já havia passado por um momento de dissensões pronunciadas entre as facções do capital, cujo ponto máximo pode ser localizado em 1989: naquele ano, a crise de hegemonia no bloco dominante permitiu que uma articulação de trabalhadores se aproximasse bastante do controle do Executivo Federal.

Os riscos criados para todas as frações do capital por aquela situação certamente catalisaram um acomodamento inicial dos grupos dominantes ao Consenso de Washington, sob o Governo Collor. Contradições internas, decorrentes da complexidade da sociedade brasileira, abortaram aquele primeiro ensaio, que no entanto revidaria com êxito em anos seguintes.

O Plano Real, assumindo a âncora cambial e a alta da taxa de juros, supervalorizando a moeda nacional e colocando em prática, sistematicamente, o programa de privatizações, demarca a "conquista" do Estado nacional brasileiro pelo capital fictício. As demais facções do capital, como sói acontecer ao se consolidarem os sistemas hegemônicos, consentem com a própria subalternidade e aceitam também servirem-se das eventuais vantagens abertas com o auge especulativo. De resto, a hegemonia rentista não significa paralisia absoluta das atividades produtivas, mas sim a redução das suas taxas de expansão, com o simultâneo desemprego de recursos potenciais: uma situação que conserva, portanto, alguma perspectiva, ainda que rastejante, de crescimento econômico.

---

<sup>1</sup> Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br) > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

Enquanto o capital financeiro mantinha vínculos predominantes com a lógica produtiva, através do capital de empréstimo, o Estado brasileiro podia assumir-se como desenvolvimentista. O planejamento estatal, sobretudo na segunda metade dos anos 50, conseguia criar externalidades positivas para os avanços estruturais no desenvolvimento industrial. O esvaziamento do planejamento, desde os últimos anos 70, e sua substituição por políticas setoriais fragmentadas, são fatos que sinalizam a escalada de novos interesses na direção do Estado.

A hegemonia do capital especulativo foi reafirmada recentemente, quando da crise das bolsas. O *pacote fiscal* do governo Fernando Henrique Cardoso dobrou a taxa de juros para preservar os ingressos do capital financeiro, com a subsequente apresentação do ônus à sociedade. A elevação da carga tributária, ditada pelo *pacote*, apenas cobre as despesas adicionais com os juros sobre os títulos da dívida pública. Dessa forma, o Estado torna-se prisioneiro da dívida interna - mas porque antes já se tornara dependente das finanças especulativas. Alinhado a esses compromissos, o Estado renuncia aos mecanismos tradicionais de estímulo à demanda e perde a capacidade de criar facilitadores significativos às inovações tecnológicas. Prevalece a *financeirização*, geradora de desemprego.

Essa é uma crônica brasileira, mas é também uma história que envolve o centro dinâmico do capitalismo mundial, asseguradas as exceções de praxe. Mesmo nos Estados Unidos e na Europa, aprofunda-se a concentração da renda e a exclusão social.

A ideologia neoliberal, que acompanha todas essas mudanças, fornece aos diversos Estados nacionais envolvidos a argumentação racionalizadora. Afirma-se a desigualdade como valor ético, elevando-a ao *status* de condição para a liberdade. Assiste-se, desse modo, a uma aberta regressão frente à clássica vinculação entre liberdade e igualdade, que as revoluções democráticas dos séculos XVII e XVIII haviam estabelecido e que a Revolução Francesa, em especial, aparentemente tornara irreversível.

Sintomaticamente, a estreia dessas ideias e práticas deu-se no Chile do General Pinochet, que André Gunder Frank tão apropriadamente qualificou de "economia de livre repressão". Pinochet poderia talvez entrar para a história como pioneiro do Estado *pós-Welfare State*, ao iniciar as políticas públicas que seriam depois naturalizadas pelos Estados-nações mais desenvolvidos, em solo europeu e norte-americano.

O Estado moderno, que desde o *New Deal* de Roosevelt buscava sofisticar mecanismos de persuasão, ampliando suas bases sociais, parece reencontrar agora o primado da coerção. É um desses casos de volta às origens. Regressa-se à atmosfera da acumulação capitalista primitiva e um certo estilo absolutista faz-se no ar, pelo menos ao legitimar-se a velha ânsia pelo entesouramento e ao reeditar-se uma intransigente aversão à crítica.

*Publicado na Gazeta Mercantil, 30.01.1998 (Coluna "Opinião")*

---

Este documento encontra-se em  
[www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)

---